



CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 05/2014



TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO DISCRIMINADO NO EDITAL Nº 252/2013 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FORTALEZA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO 252/2013 (PROCESSO Nº 1010155118639/2013).

CONTRATANTE: O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, inscrita no CNPJ nº 07.965.262/0001-30, representada por seu titular o Sr. Philippe Theophilo Nottingham, CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47, situada na Rua Teodorico Barroso nº 230 - Vila União, CEP: 60.420-135, Fortaleza/CE, representada pela Sra. Marinalva Lima Pereira, CPF nº 367.200.383-20, brasileira, divorciada, residente e domiciliado nesta capital.

Aos 03 (três) dias do mês de fevereiro de 2014, as partes acima mencionadas e qualificadas pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls 316 a 319 do processo administrativo nº 1010155118639/2013, PE nº 252/2013, conforme estabelecido no instrumento convocatório e seus anexos, proposta de preços da CONTRATADA, e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 252/2013 e seus anexos, os preceitos do direito público e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 11.379 de 26 de março de 2003 e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 252/2013 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa pessoa jurídica para a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para atender às necessidades da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC/Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I - termo de referência deste edital do Pregão Eletrônico nº 252/2013, o qual passa a fazer parte do presente contrato, e na proposta da empresa contratada.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ANGELA MARIA KRAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 09.573.980/0001-87
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.535-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5920
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Piza Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Jucel A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Ox: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO




CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados na sede e anexos da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, na Avenida Desembargador Moreira, nº 2875 – Bairro Dionísio Torres, e em seus anexos.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 4.796.659,56 (quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha de composição de custos a seguir, de acordo com o relatório do Pregão Eletrônico nº 252/2013, instrução normativa SEPOG nº 02, de 01 de agosto de 2013:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

CATEGORIAS	QTD	70,00%		10,00		2,20		1%		14,25%		VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		S.B.	ENC. SOC.	MONT. A	V.A.	C.B.	V.T.	FARDA	TX ADM.	TRIB.	MONT. B.		
Técnico de Atendimento	3	1.531,14	1.071,90	2.002,94	217,80	35,00	4,93		25,03	411,38	885,12	3.286,06	9.858,18
Técnico em Segurança da Informação	2	2.703,53	1.892,48	4.596,01	217,80	35,00			45,96	697,51	995,27	5.692,38	11.384,76
Programador Júnior	4	1.944,33	1.361,04	3.305,37	217,80	35,00			33,05	511,75	797,80	4.102,97	16.411,88
Programador Pleno	2	2.916,49	2.041,55	4.958,04	217,80	35,00			49,58	749,01	1.051,99	6.010,93	12.020,06
Especialista em Segurança da Informação	1	3.975,79	2.783,06	6.758,85	217,80	35,00			97,59	1.008,80	1.329,19	8.088,94	8.088,94
Analista de Sistemas I	6	3.725,61	2.607,83	6.333,44	217,80	35,00			83,34	947,58	1.263,72	7.597,26	45.583,56
Analista de Sistemas II	6	4.494,05	3.145,84	7.639,89	217,80	35,00			76,40	1.135,80	1.454,80	9.104,89	54.629,21
Analista de Sistemas III	2	5.262,49	3.683,75	8.946,24	217,80	35,00			89,48	1.323,82	1.668,68	10.612,12	21.224,24
Analista de Sistemas IV	1	6.030,93	4.221,06	10.252,59	217,80	35,00			102,53	1.511,83	1.866,96	12.119,55	12.119,55
Analista em Segurança da Informação	1	6.361,25	4.452,88	10.814,13	217,80	35,00			108,14	1.592,45	1.953,39	12.767,52	12.767,52
Gerente de Projetos II	5	5.099,98	3.569,99	11.669,97	217,80	35,00			119,00	1.748,73	2.120,53	14.020,50	70.102,50
Gerente de Projetos III	3	7.567,81	5.297,47	12.865,28	217,80	35,00			128,55	1.887,86	2.269,11	15.134,39	45.403,17
Gerente de Projetos IV	1	8.336,26	5.835,38	14.171,63	217,80	35,00			141,72	2.075,68	2.470,20	16.641,83	16.641,83
TOTAL	40												
VALOR MENSAL													R\$ 363.383,30
PROVISIONAMENTO 10%													R\$ 36.338,33
TOTAL MENSAL C/ PROV													R\$ 399.721,63
VALOR ANUAL C/ PROV													R\$ 4.796.659,56

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será realizada o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. (REPACTUAÇÃO DO CONTRATO ANUALMENTE)

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

5.3.1. As categorias profissionais que não constam em convenções coletivas na nomenclatura e faixas salariais especificadas no presente contrato, serão consideradas, para fins de reajuste salarial e/ou demais direitos trabalhistas, vinculadas ao Sindicato de Asseio e Conservação do Estado do Ceará.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELO MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.000/0001-67
Rua Major Fausto, 670 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.9980
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emplumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silve de Brito - Escreventes
Ox: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.





diversos seguimentos, observadas as datas base de vigências e confirmação da autenticidade através do número de registro no MTE.

5.3.2. Em razão dos reajustes salariais, ocorridos anualmente, para as categorias que estejam fora das faixas salariais especificadas neste contrato, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhe, será aplicado os percentuais estipulados nas Convenções Coletivas de Asseio e Conservação, atualizada em conformidade com a vigência e data-base atual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização dos serviços, devidamente atestados pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura de serviço de comprovante de pagamento dos empregados da contratada que prestam os serviços e de recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA, exclusivamente no Banco do Brasil S/A.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 252/2013.

6.3. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.3.1. Documentação relativa à regularidade perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

6.3.2. Os documentos comprobatórios de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS deverão estar acompanhados da GFIP e da Relação de Empregados.

6.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.5. Em hipótese nenhuma a Contratada pagará à Contratante valores inerentes ao aviso prévio trabalhado dos empregados, no momento do cumprimento do aviso, uma vez que tal valor já compõe a tabela de custos dos serviços.

6.6. O percentual ofertado em função da taxa de administração será irrevogável.

6.7. Quando dos reajustes salariais das categorias através de convenção coletiva de trabalho, objetivando o equilíbrio financeiro do contrato, será feita a repactuação.

6.8. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

6.9 Nos casos de atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data limite para pagamento e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $i = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0021-67
Rua Major Pasquido, 676 - Centro - CEP: 60.825-130 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.3960
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

Cartório
Moraís Correia

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Páz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Jucel A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

Confira o selo do ato em:
<https://www.moraiscorreia.com.br>



**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

Projeto/atividade 04.122.0002.2002.0004, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recurso 0100, do orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

8.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no § 1º, art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade, o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e específicas sobre acidentes do trabalho e legislação correlata aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Utilizar profissionais qualificados para o desempenho das respectivas atividades, pertencentes a quadro próprio e disponibilizar um preposto ou supervisor que a represente junto à Contratante para acompanhar os serviços prestados, bem como adotar soluções corretivas para os problemas operacionais que eventualmente surgirem.

10.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da solicitação.

10.9. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no Título II, Capítulo V da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como pelo cumprimento da Legislação correlata em vigor, inclusive das Instruções Normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

10.10. Apresentar mensalmente, junto à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimento dos



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 16.573.003/0001-07
Rua Major Fausto, 575 - Centro - CEP: 61.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5508
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou fe. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia () - Rafael Pás Lima Barbosa
() - Arlano L. Rodrigues () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Mestura Filho () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Cp.: ADRIANO - VÁLIDO SOVENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Município de Fortaleza, sendo também de responsabilidade da contratada o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere à contratante.

10.10.1. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.

10.11. Manter, durante toda a execução contratual, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada para atender as necessidades da contratada e dos empregados prestadores de serviços no intercâmbio financeiro e de recursos humanos.

10.12. Repassar os vales alimentação até o 1º (primeiro) dia útil do mês aos empregados que prestam serviços a Contratante. O não cumprimento desta determinação, além da suspensão do pagamento da fatura, acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal.

10.12.1. Caso seja disponibilizado algum profissional com residência em Município integrante da Região Metropolitana de Fortaleza, deverá a contratada fornecer vales transporte ou pass card necessário ao seu deslocamento, devendo a contratada fazer constar os valores correspondentes aos custos com o fornecimento dos vales transporte ou pass card em nova planilha de composição de custos, tudo devidamente motivado e comprovado e ainda aceito pela Administração.

10.13. Aceitar as solicitações da contratante no que se refere ao item 11.9 deste contrato, a fim de atender o interesse da Administração quanto à qualidade dos serviços licitados, na hipótese da necessidade de intermediar cursos de qualificação profissional. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Indicar um gestor para o contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

11.5. Planejar, executar, coordenar, fiscalizar e controlar todas as atividades, visando o perfeito e total cumprimento do objeto desta licitação.

11.6. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

11.8. Determinar o horário da realização dos serviços, podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da contratante, com observância das leis trabalhistas.

11.9. Solicitar que a contratada realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da contratada em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.10. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.





11.11. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, vales transportes, quando couber, devidamente comprovado, para deslocamento de funcionários da Região Metropolitana.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidos e/ou servidores designados através de Portaria devidamente publicada no DOM, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Fortaleza, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. No caso de descumprimento da legislação trabalhista, sobretudo de atraso no pagamento dos salários dos empregados, a contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

13.3.1. Inserção da empresa descumpridora da legislação trabalhista no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;

13.3.2. Retenção das faturas para pagamento direto aos empregados dos salários e demais direitos trabalhistas, no valor suficiente ao pagamento, no caso de não pagamento dos salários ou de irregularidades que obstem o pagamento direto à Contratada.

13.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, todos do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XIII do



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 2º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 04.573.093/0001-67
Rua Major Pacundo, 516 - Centro - CEP: 60.835-193 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotocopiada
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

Cartório
MORAIS
CORREIA

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Pás Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre B. Rodrigues
() - José Jucel Azeite Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Secretários
OBS: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELOS DE AUTENTICAÇÃO.





art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

14.2.1. Poderá ainda ser rescindido o contrato, nos moldes acima disciplinados, no caso de descumprimento, pela CONTRATADA, da legislação trabalhista, sobretudo no que diz respeito ao prazo legal para pagamento dos salários dos empregados que executam os serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 03 de fevereiro de 2014.

Philippe Theophilo Nottingham

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

1. _____

RG: _____

CPF: _____

2. _____

RG: _____

CPF: _____



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 2º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.973.000/0001-67
Rua Major Pacendo, 576 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3404.5906
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de 2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

(-) Francisco de A. M. Correia - (-) Rafael Paz Lima Barbosa
(-) Arlene L. Rodrigues - (-) Cesar Alexandre G. Rodrigues
(-) José Juaci A. de Mesquita Filho - (-) Adriano Silva de Brito - Escriventes
Op: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICAÇÃO.

Confira os dados do ato em: autenticacao.jus.br/portal

Assessoria Jurídica
SEPOG

31	1856831	Augusto de Paula Barreto	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
32	1889491	José Anildo do N. Amorim	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
33	1870191	Francisco A. Soares Mendes	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
34	1870891	Gilson de Andrade Martins	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
35	1871351	Paulo Sérgio V. da Penha	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
36	1874491	Helder Araújo Dias	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
37	1903591	Sueli Pereira da Costa	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
38	1906891	José Ribamar de O. Gomes	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
39	1910091	Giovanni Nunes de Matos	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
40	1915391	José Cleodimir de Castro Alves	Subinspetor	Inspetor	1B-408	1C-108
41	1917591	Marcelo Barbosa P. Cunha	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
42	1925891	Raimundo Miguel Ribeiro	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
43	1927591	Antonio Ricardo N. da Silva	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110
44	1950101	José Vicente da Silva Filho	Subinspetor	Inspetor	1B-410	1C-110

EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇOS Nº

05/2014 – CONTRATANTE: O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, inscrita no CNPJ nº 07.985.262/0001-30, representada por seu titular o Sr. Philippe Theophilo Nottingham, CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta capital. CONTRATADA: CERTA Serviços Empresariais e Representação Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47, situada na Rua Teodorico Barroso nº 230 – Vila União, CEP: 60.420-135, Fortaleza/CE, representada pela Sra. Marinalva Lima Pereira, CPF nº 387.200.383-20, brasileira, divorciada, residente e domiciliado nesta capital. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO: 1.1 – O presente contrato tem como fundamento o edital de Pregão Eletrônico nº 252/2013 e seus anexos, os preceitos do direito público e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 11.379 de 28 de março de 2003 e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA: 2.1 – O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 252/2013 e seus anexos, e à proposta da Contratada, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO: 3.1 – Contratação de empresa pessoa jurídica para a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para atender às necessidades da Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC/Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital do Pregão Eletrônico nº 252/2013, o qual passa a fazer parte do presente contrato, e na proposta da empresa contratada. CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO: 4.1 – Os serviços deverão ser executados na sede e anexos da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, na Avenida Desembargador Moreira, nº 2875 – Bairro Dionísio Torres, e em seus anexos. 4.2 – O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO: 5.1 – O valor contratual global importa na quantia de R\$ 4.795.659,56 (quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha de composição de custos a seguir, de acordo com o relatório do Pregão Eletrônico nº 252/2013, Instrução normativa SEPOG nº 02, de 01 de agosto de 2013. 5.2 – Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será realizada o reajuste econômico-financeiro de contrato, (REPACTUAÇÃO DO CONTRATO ANUALMENTE). 5.3 – Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria. 5.3.1 – As categorias profissionais que não constem em convenções coletivas na nomenclatura e faixas salariais

especificadas no presente contrato, serão consideradas, para fins de reajuste salarial e/ou demais direitos trabalhistas, vinculadas ao Sindicato de Assessoria e Conservação do Estado do Ceará em diversos seguimentos, observadas as datas base de vigência e confirmação da autenticidade através do número de registro no MTE. 5.3.2 – Em razão dos reajustes salariais, ocorridos anualmente, para as categorias que estejam fora das faixas salariais especificadas neste contrato, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhar, será aplicado os percentuais estipulados nas Convenções Coletivas de Assessoria e Conservação, atualizadas em conformidade com a vigência e data-base atual. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 7.1 – As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos: Projeto/Atividade 04.122.0002.2002.0004. Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recurso 0100, do orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO: 8.1 – O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. 8.2 – O prazo de execução do objeto deste contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. 8.3 – Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela Contratante, serviço de natureza contínua. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO: 12.1 – A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores e/ou servidores designados através de portaria devidamente publicada no DOM, especialmente designado para este fim pela Contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominada simplesmente de Gestor. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO: 15.1 – Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza, do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa. Fortaleza, 03 de fevereiro de 2014. ASSINAM: Philippe Theophilo Nottingham – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Marinalva Lima Pereira – CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO LTDA. Luiz Ramon Teixeira Carvalho – COORDENADOR JURÍDICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 07/2011 – CONTRATANTE: O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio dos órgãos abaixo: Secretaria Regional I, representada por seu titular, Sr. Guilherme Tales Gouveia Neto, CPF nº 860.083.403-10, residente e domiciliado nesta capital. Secretaria Regional III, representada por seu titular Sra. Maria de Fátima Vasconcelos Canuto, CPF nº 213.818.383-72, residente e domiciliado nesta capital. Secretaria Regional V, representada por seu titular Sr. Júlio Ramon Soares Oliveira, CPF nº 380.434.673-15, residente e domiciliado nesta capital. INTER-

